

Ata da oitava Reunião Plenária Extraordinária do XV Plenário do Conselho Federal de Psicologia, realizada em dezoito de junho de dois mil e onze, na sede do Conselho, situada em Brasília – Distrito Federal. Os trabalhos iniciaram-se às dez horas e cinco minutos. A reunião foi composta pelo conselheiro presidente Humberto Cota Verona, pela conselheira vice-presidente Clara Goldman Ribemboim, pela conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, e participaram os demais conselheiros do Conselho Federal de Psicologia, a saber: Aluízio Lopes de Brito, Ana Paula Porto Noronha, Ângela Maria Pires Caniato, Adriana Eiko Matsumoto, Heloíza Helena Mendonça Massanaro, Henrique José Leal Ferreira Rodrigues, Maria Ermínia Ciliberti, Marilene Proença Rebello de Souza, Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo e Sandra Maria Francisco de Amorim. Conselheiros e conselheiras ausentes: Monalisa Nascimento dos Santos Barros, Tânia Suely Azevedo Brasileiro, Marilda Castelar, Roseli Goffman, Celso Francisco Tondin, Flávia Cristina Silveira Lemos, Márcia Mansur Saadallah, Mariana Cunha Mendes Torres. O conselheiro presidente Humberto Verona presidiu a reunião e a iniciou falando que há dez pontos de pauta para serem discutidos e ainda pontos da reunião do planejamento estratégico, acontecido no dia dezessete de junho de dois mil e onze.

1. Ouvidoria do CFP: Apresentou o novo colaborador do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Paulo Juliano Carvalho, contratado para ser o ouvidor. Destacou que o papel do ouvidor é muito importante, pois ele irá ouvir a sociedade, os psicólogos e levará para a gestão e para toda a instituição, a visão de quem está fora do processo cotidiano e que enxerga as dificuldades de funcionamento do grupo. Como foi discutido no planejamento estratégico, Humberto Verona colocou que neste primeiro momento, a ouvidoria será implantada na estrutura do GFP, mas será levada para a Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de dois mil e onze, a proposta de inclusão da ouvidoria em todos os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs). Deu boas vindas ao Paulo Juliano e abriu para perguntas, nenhum conselheiro se manifestou. Solicitou ao ouvidor que na próxima plenária ele apresente sua proposta de trabalho. Humberto Verona leu a Resolução CFP 013/2011 que cria o setor de Ouvidoria do CFP e a colocou em apreciação e votação. A resolução foi aprovada por unanimidade.

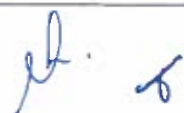
2. Minuta de resolução que dispõe sobre o Nome Social. O presidente colocou em apreciação a minuta de resolução que foi aprovada na APAF, que dispõe sobre o Nome Social no campo da observação na carteira de identidade profissional do psicólogo. Humberto leu a minuta. O conselheiro Aluízio Lopes de Brito ressaltou que no texto onde está escrito - *juntamente com nome de registro profissional* - deve-se colocar nome e número do registro profissional, para não causar dúvidas. Em todos os documentos tem que constar nome e número, pois, é o número do CRP que identifica o profissional na instituição. Explicou que a inclusão deste dado não é questão de mérito, é questão legal. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti sugeriu, para o próximo jornal do federal, elaborar uma matéria sobre esta questão, pelo inovador da resolução. Solicitou que, ao se elaborar o jornal, destaquem um box lembrando aos psicólogos, da área da saúde, que o nome social já é um direito assegurado. Humberto Verona acatou as sugestões lembrando que o nome social já é permitido e usado em várias políticas públicas. Colocou em votação e a resolução foi aprovada por unanimidade.

3. Resolução do Sistema prisional (CFP 012/2011) O conselheiro presidente Humberto Verona a minuta de resolução para ser aprovada neste momento,


46 trata-se da resolução que regulamenta a atuação do psicólogo no âmbito prisional. Em
47 seguida, a conselheira vice-presidenta Clara Goldman Ribemboim falou da necessidade
48 de uma revisão ortográfica, apontando os pontos onde as correções são necessárias. Foi
49 lhe informada que a resolução já foi revisada e publicada, mas disse que é complicado
50 uma publicação contendo erros gramaticais e sugeriu que ela fosse republicada. A
51 conselheira Adriana Eiko Matsumoto explicou como foi o processo de aprovação desta
52 resolução na APAF, o que hoje ajuda a entender o tipo de questionamento que vem
53 surgindo dela. Primeiramente expressou sua opinião, dizendo que a questão que se
54 coloca como pano de fundo é insolúvel por uma regulamentação profissional. Tem-se
55 cada vez mais clareza de que há posturas radicalmente diferenciadas no que diz respeito
56 à relação do psicólogo com seu atendido, que é o preso, o sentenciado e suas famílias.
57 Colocou que instituir uma lógica dos direitos humanos, quando se parte de um
58 segmento da categoria que compreende a psicologia como reprodução de técnicas
59 punitivas disciplinares, é irreconciliável. Não se consegue traduzir isto num texto de
60 resolução, porque se olhar com cuidado, verifica-se que é, em outras palavras, o mesmo
61 texto que está no código de ética. Relatou que foi necessário construir um novo
62 dispositivo de regulamentação para este assunto, pois entendeu-se que no processo
63 coletivo de discussão, esta seria uma das ferramentas para se lidar com este campo que
64 está sempre em conflito. Avaliou que havia necessidade de melhorar alguns elementos
65 da primeira publicação e coletivamente pensou-se nas alterações, incorporando com
66 todo o rigor técnico, ético e dialogado com a questão da avaliação psicológica o campo
67 da psicologia que havia ficado desfavorecida. Porém ainda encontra resistência, críticas
68 e contra pontos. Falou da dificuldade em dialogar e dos muitos questionamentos, como
69 por exemplo o direito do preso ao contraditório. Contou que durante o processo do GT
70 nacional da APAF, a todo o momento, cuidou-se para que se fizessem reuniões
71 presenciais, houve apenas uma reunião telefônica, pois o tema é muito delicado e a
72 produção de consensos é muito frágil. Relatou que houve também, divergências dentro
73 do grupo de trabalho (GT), mas sempre procurou esclarecer os conflitos, tentando
74 chegar a um consenso. Percebeu-se o desdobramento disto na APAF, onde membros do
75 GT chegaram com posicionamentos distintos ao que foram discutidos e consensuados
76 dentro do grupo. Contou também sobre as dúvidas, os muitos questionamentos, pedidos
77 de orientação e esclarecimentos que vem recebendo sobre a resolução. Diante disto,
78 propôs que se elaborem respostas e que possam encaminhá-las aos Conselhos
79 Regionais, uma vez que eles recebem os mesmos pedidos. Humberto Verona esclareceu
80 o ponto para quem não possuía as informações sobre o processo na APAF. Disse que no
81 momento de discussão do ponto de pauta, houve Conselhos Regionais que fizeram parte
82 do processo de construção do consenso dentro do GT, e na APAF, apresentaram uma
83 posição diferente. Houve um conselho que defendeu a resolução 09/2010 e outro que
84 propôs uma nova redação que não era a consensuada pelo GT. Diante disto, houve
85 enfrentamento na APAF com membros do GT que romperam o acordo e se mostraram
86 contrários à minuta, mas no final, a minuta foi aprovada. Adriana Eiko colocou alguns
87 questionamentos mais frequentes: o que é o profissional de referência, se
88 necessariamente precisa ser requisitado o pedido de elaboração de perícia e se a equipe
89 que atua no acompanhamento da pessoa presa ou em medida de segurança pode
90 elaborar relatório de acompanhamento para encaminhar para a perícia. Disse que há





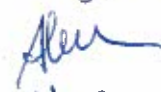




91 necessidade de explicitar o sentido da regra e construir um processo de trabalho com
92 clareza, rigor técnico, ético e ter o cuidado para não extrapolar os limites de atuação
93 dentro da resolução e fazer o papel do executivo. Acrescentou que a conselheira Ana
94 Paula Porto Noronha tem ajudado a entender os limites possíveis. Avaliou que não está
95 ferindo com o que foi colocado na resolução da perícia compor várias peças processuais
96 para que se faça uma perícia de maneira mais fundamentada. A conselheira Ângela
97 Maria Pires Caniato questionou sobre perícia psicológica e exame criminológico.
98 Adriana Eiko falou que no caput do artigo quarto diz que qualquer documento que for
99 responder ao poder judiciário para subsidiar execução da pena será na modalidade de
100 perícia, nunca será exame criminológico. Disse que foi delimitando o espaço de atuação
101 possível, espaço este que já foi regulamentado, que já tem avanço técnico, científico e
102 que tem base para acompanhar e monitorar o papel do psicólogo. No parágrafo primeiro
103 do artigo quarto restringe ainda mais, vedando o exame criminológico. O psicólogo não
104 pode utilizar o nome exame criminológico. É vedado fazer prognóstico criminológico
105 de reincidência, aferição de periculosidade e estabelecimento de nexos causais. Estas são
106 as três características do exame criminológico. Ângela Caniato questionou como está a
107 atuação do psicólogo em casos de tortura no Brasil e colocou sua preocupação com a
108 formação deste profissional. Adriana Eiko leu o parágrafo único do artigo segundo da
109 resolução que diz “é que vedado à(ao) psicóloga(o) participar de procedimentos que
110 envolvam as práticas de caráter punitivo e disciplinar, notadamente os de apuração de
111 faltas disciplinares”. Para finalizar, a Conselheira falou sobre outro questionamento que
112 chega constantemente em relação ao parágrafo segundo do artigo quarto que fala sobre
113 o direito ao contraditório na execução penal. Humberto Verona ressaltou que a
114 resolução tenta colocar limites e posicionamentos éticos muito claros da profissão no
115 Brasil. Por meio desta resolução o Sistema Conselhos está dizendo para sociedade e
116 para os psicólogos que existem limites dentro do exercício profissional que são
117 colocados a partir de referências que estão claros na resolução. A conselheira Sandra
118 Maria Francisco de Amorim disse que seria interessante pensar em construir uma
119 resolução voltada para questões das medidas sócio-educativas. Falou que tem notado o
120 crescimento de solicitação dos juízes de que o adolescente tem que ser avaliado nessa
121 perspectiva de avaliar periculosidade. Disse que a situação está ficando grave e viu a
122 necessidade de fazer uma resolução específica para a atuação do psicólogo. Explicou
123 que um dos pontos que vem discutindo é sobre os vínculos estabelecidos, que chama de
124 relatório, mas atende a demanda judicial para avaliar, inclusive o tempo de internação.
125 O conselheiro Aluizio Lopes de Brito pediu esclarecimento sobre o termo perícia. Disse
126 que a resolução sobre documentos decorrentes de avaliação psicológica fala de parecer
127 que é distinto de laudo ou relatório. Não precisa de avaliação psicológica para emitir
128 parecer, há necessidade de avaliação psicológica para laudo ou relatório. Viu a
129 necessidade de esclarecer e definir estes conceitos. Disse que sua dúvida é se o conceito
130 de perícia não está se confundindo com laudo ou parecer. Ana Paula Noronha
131 concordou com Aluizio Brito de que o termo perícia não é usual para a prática de
132 avaliação, é mais usual para práticas de quem está no sistema penal. Sugeriu aproveitar
133 o ano temático para passar informações sobre as questões, discutir com a categoria e
134 fazer trabalho conjunto. Adriana Eiko leu a resolução 07/2003 que define os termos
135 parecer, relatório, laudo. Disse que é necessário ter clareza de como orientar e fazer



136 referência de maneira ordenada. Sugeri fazer uma cartilha com perguntas e respostas
137 sobre a resolução e enviar a todos os regionais. Ana Paula Noronha considerou que
138 devem estar preparados para lidar com as lacunas da resolução 07/2003. Aluizio Brito
139 achou interessante a ideia da cartilha e sugeriu antecipar as dúvidas localizadas, pois
140 elas podem tornar gerais e em argumentos contra a resolução. Ressaltou que não pode
141 deixar brechas ou falhas nas resoluções e propôs procurar nas outras resoluções
142 respostas para as lacunas. A conselheira secretária Deise Maria Nascimento também
143 concordou com a idéia da elaboração de um manual explicativo da resolução. Chamou
144 atenção para a relação das políticas dentro do Sistema Conselhos, lembrando das
145 divergências e resistências dentro do GT na discussão da APAF. Disse que é necessário
146 comprometimento com os resultados e as conseqüências do que foi acordado. A
147 conselheira Marilene Proença Rebello de Souza parabenizou o grupo pelo
148 desenvolvimento do trabalho. Achou que está revivendo, dentro do sistema prisional, o
149 olhar para a tortura como sendo um olhar cabível no campo da prisão. Disse que o
150 debate sobre a tortura deve ser retomado e recuperar a sua trajetória histórica, onde a
151 psicologia teve participações com ações importantes. Sugeri dar mais visibilidade ao
152 tema, talvez em matérias de jornais. Colocou que não é uma questão só técnica e sim
153 ideológica e política, e que deve recuperar o seu eixo político e fortalecer o argumento
154 em relação aos aspectos técnicos da resolução. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti
155 contou que houve muitas críticas, mas também elogios à resolução. Disse que a questão
156 da perícia é uma questão muito maior para se discutir, enquanto psicologia, para além
157 do que é a resolução, pois o problema não está na resolução especificamente, é uma
158 atribuição de Estado, de delegação. Disse que nunca foi feita esta discussão. É a favor
159 do psicólogo perito nas diversas áreas, perito do INSS, do trânsito e não viu problema
160 ter perito na justiça, no sistema prisional. Explicou que é necessário discutir, avançar no
161 que é a fragilidade do psicólogo e resolver a aplicabilidade do perito nas diversas áreas
162 e não se omitir quanto a esta questão. Falou da importância dos pactos éticos feitos na
163 APAF. Disse que a divergência é salutar, é legítima a democracia, mas é muito sério
164 romper pactos que envolvem toda a estrutura democrática do Sistema. Há posições
165 diferentes, mas é necessário respeitar os acordos feitos nos GTs. Propôs que este
166 assunto volte como ponto de pauta na APAF. Reforçou que é a favor de concurso para
167 perito psicólogo. O conselheiro Henrique José Leal Ferreira Rodrigues pensou na
168 questão técnica, ética, política e ideológica que apesar de estarem entrelaçadas, é
169 necessário pensar separadamente. Na questão ética e técnica, disse que faltam
170 esclarecimentos em relação à resolução e propôs fazer links, um lugar com comentários,
171 produzir uma comunicação através de boletim e passar as informações para a categoria.
172 Na questão ideológica política, o problema está dentro do Sistema Conselhos, pela falta
173 de pactos e consensos, há Conselhos Regionais que falam uma coisa e fazem outra.
174 Concordou com Maria Ermínia Ciliberti que deverá haver uma discussão e um
175 posicionamento do Sistema Conselhos a respeito desta situação. Ângela reforçou a
176 necessidade de refletir e se discutir, dentro do Conselho, a formação do psicólogo, a fim
177 de fortalecer uma atuação ética, política, competente e comprometida. Ana Paula
178 Noronha sugeriu que se divulgue o nome das pessoas que participaram dos GTs para
179 minimizar a falta de pacto político. Humberto Verona disse que esta resolução já havia
180 sido aprovada *ad referendum* pela diretoria. Colocou em votação para aprovação do



181 plenário a resolução 12/2011. Foi aprovada por unanimidade. Houve os seguintes
182 encaminhamentos: Elaborar um documento público de esclarecimentos sobre as
183 principais dúvidas da resolução. Fazer matérias, nos próximos jornais, retomando a
184 história da tortura, reforçando essa linha política. Pensar em estratégias para reforçar e
185 assegurar os pactos. Divulgar e dar transparência aos processos. Pautar para a Plenária
186 um debate sobre perícia como função pública. O conselheiro Aluizio Brito solicitou
187 incluir na pauta o ponto: **4. Solicitação de Curso de Especialização em Psicologia.**
188 Aluizio Brito falou sobre um pedido de credenciamento de um curso de especialização
189 em Gestalt Terapia do Instituto de Psicologia Gestalt em Figura Ltda, do Rio de Janeiro.
190 O Conselheiro expôs os problemas que a Comissão de Análise para Concessão do
191 Credenciamento de Cursos de Especialização identificou, conforme consta no Processo
192 Administrativo da ABEP nº 008/10. Feitas as considerações, o parecer da comissão dos
193 avaliadores foi favorável, mas o parecer da comissão do CFP, formado pelo conselheiro
194 Aluizio Brito e as conselheiras Sandra Amorim e Ana Paula Noronha foi pela não
195 concessão do credenciamento. Aluizio Brito informou que este será o primeiro curso
196 que esta plenária estará descredenciando. Humberto Verona questionou se a proposta é
197 de não aprovar o curso e propor recomendações de mudanças necessárias para que a
198 instituição possa entrar com novo pedido de credenciamento. Aluizio Brito respondeu
199 que a resolução não prevê esta possibilidade, quando há um alto grau de problemas. Não
200 havendo credenciamento terão que entrar com outro processo e outra avaliação. 
201 Humberto Verona disse que é importante esclarecer todos os pontos que foram
202 contrários a aprovação, para que eles possam alterar e fazer novo pedido. Sandra
203 Amorim relatou que quando as instituições são indagadas sobre credenciamento elas se
204 referem aos problemas estruturais, não há, por exemplo, preocupação com a guarda de
205 materiais. Henrique Rodrigues perguntou se o curso já havia sido credenciado ou se é o
206 primeiro credenciamento e Aluizio Brito respondeu que é o primeiro cadastro. Depois
207 do ponto esclarecido, Humberto colocou em votação o parecer da comissão do
208 Conselho de não credenciamento. Aprovado o parecer da Comissão, com a abstenção da
209 conselheira Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo. **5. APAF. Ano da Avaliação** 
210 **Psicológica.** Ana Paula relatou que de uma maneira geral, esta pauta foi tranqüila, e que
211 houve sugestões no sentido de organizar o calendário. Disse que a solicitação mais
212 importante foi na direção do encaminhamento do material para os regionais para que
213 seja feito até quinze dias de antecedência do início das discussões nos eventos regionais,
214 que acontecerão de agosto a novembro. Contou que os textos já foram revisados, já tem
215 carta de apresentação do GT, falta apresentação do CFP. Contou que foi feita uma
216 reunião telefônica com o grupo para falar sobre os encaminhamentos da APAF e para
217 combinar uma discussão de como o GT deveria se posicionar e de como seria realizado 
218 os eventos regionais. Humberto Verona sugeriu criar no site, um campo de
219 acompanhamento do ano da avaliação psicológica, contendo calendário de todas as
220 atividades dos regionais, materiais produzidos. Para isso, é preciso discutir com os
221 setores de comunicação e de informática, sobre o desenvolvimento de hot site, para ter
222 um sistema de informação organizado com atualizações constantes. Humberto Verona
223 reforçou a solicitação, sugerindo fazer chamada no site: "visite o ano da avaliação
224 psicológica". Clara Goldman sugeriu, no campo da comunicação, fazer projetos que
225 distingam os anos temáticos, fazer ações interativas com os regionais, onde eles possam 




226 informar sobre seus debates, pactuar com os assessores de comunicação regionais as
227 informações e que elas sejam sempre atualizadas, mostrando o que está acontecendo no
228 Brasil. Ana Paula Noronha informou que sairá uma nota sobre o ano temático no jornal
229 do Federal e na revista Diálogo. Clara Goldman perguntou se poderiam elaborar um
230 dialogo direto, por exemplo: "fale conosco sobre o ano temático" e que o CFP se
231 disponibilize a fazer esse dialogo. Perguntou se Ana Paula Noronha se disponibilizaria.
232 Ana Paula disse que como é urgente é necessário criar um sistema para que ela possa
233 acontecer. Humberto Verona disse que a proposta da Clara Goldman pode ser
234 desenvolvida, mas no momento, é necessária uma solução mais rápida, como um blog
235 ou outra opção, para ter a dinâmica do ano temático na vida de todos os conselheiros e
236 dos psicólogos de um modo geral. **6. Álcool e Outras Drogas.** Humberto Verona
237 informou o plenário que deverá indicar um conselheiro responsável para dar
238 continuidade ao tema, pois o planejamento sobre álcool e outras drogas, aprovado na
239 APAF, prevê uma serie de ações de dimensões muito grandes. Sugeriu que a pessoa que
240 assumir o C/T faça uma reunião telefônica, informando que participam do GT os
241 conselhos regionais das segunda, quarta, quinta, sétima, oitava e nona regiões.
242 Humberto informou que a primeira tarefa do GT é conseguir organizar a campanha
243 publicitária do Sistema Conselhos, sobre o posicionamento diante desta temática, que
244 está sendo muito aguardada pelo movimento social que discute o assunto. Explicou que
245 na APAF de dezembro de dois mil e onze, será feita uma avaliação de como está o
246 desenvolvimento do processo e se necessário, fazer alterações. Abriu para comentários e
247 para decidir quem vai assumir. Sugeriu a conselheira Heloiza Helena. Maria Ermínia
248 Ciliberti quis saber como fica a questão da organização do trabalho dos GTs, se a
249 comissão de álcool e outras drogas continua existindo e como juntar o planejamento
250 estratégico da saúde e dos direitos humanos com o GT da APAF. Humberto Verona
251 disse que o grupo precisa conhecer o Planejamento Estratégico e cumprir o que está
252 pactuado. Explicou que o CFP tem autonomia para propor outras ações que possam
253 melhorar a política, sem passar pelos GTs. O papel do GT da APAF é fazer o
254 planejamento acontecer, fazer com que ele seja executado integralmente, que tanto
255 regional quanto federal façam suas partes. Para além disto, o CFP poderá pensar em
256 outras estratégias consideradas importantes para entrar no debate. Maria Ermínia
257 comentou sobre as duas comissões e na questão de falta de tempo. Sugeriu criar uma
258 sub-comissão, em separado, para trabalhar com álcool e drogas e incorporar os *ad hoc*
259 do CFP para estar junto com a Heloiza Helena. A comissão da saúde apresentou
260 propostas sobre álcool e outras drogas e outra comissão foi criada para cuidar também
261 do mesmo assunto. Heloiza Helena disse que não é possível tratar álcool e outras drogas
262 apenas na comissão da saúde, pois tem questões de direitos humanos também. Sugeriu
263 que a conselheira Ana Luiza possa participar desta sub-comissão, dentro da saúde e
264 fazer uma interlocução com direitos humanos. Clara Goldman disse que são duas
265 questões; uma é o plano unificado de álcool e outras drogas do Sistema e outra é o
266 debate político e o planejamento do CFP para este tema. Concordou que esta temática
267 não tem só a vertente da saúde, mas também dos direitos humanos e da segurança
268 pública. Sugeriu que a conselheira Cynthia Ciarallo deveria trazer contribuições para o
269 CFP e levar para o CONASP o avanço desta discussão dentro do Sistema Conselhos.
270 Falou que os *ad hoc* do CFP, juntamente com a Heloiza Helena, terão a tarefa de cuidar

271 das ações do plano unificado, pois este é um compromisso público de Sistema. Também
272 sugeriu promover um encontro das comissões da saúde, dos direitos humanos e da
273 segurança pública. Clara Goldman sugeriu que o grupo de álcool e outras drogas seja
274 coordenado pela Heloiza Helena, que se eleja as prioridades e que o grupo da saúde
275 ajude, no seu conjunto, no avanço da discussão dentro do plano unificado. Maria
276 Ermínia falou em não perder na discussão álcool e outras drogas o princípio da reforma
277 psiquiátrica anti manicomial. Lembrou que, para o ano de dois mil e onze, duas ações já
278 foram definidas como prioridades no planejamento estratégico do tema; uma é a
279 retomada do projeto de lei (PL) da interdição e a outra é a fiscalização nas comunidades
280 junto com os direitos humanos. O resto é monitoramento junto aos ministérios. Clara
281 Goldman falou que o planejamento unificado é uma estratégia para tornar mais
282 consistente a política, mas o Conselho não pode ficar refém dele, pois o CFP tem ampla
283 possibilidade de avançar e realizar outras ações. Heloiza Helena se posicionou dizendo
284 que não é uma questão fácil, é um desafio, mas vai aceitá-lo, contando com o apoio e
285 com a ideia de construir coletivamente. Humberto Verona propôs, como tarefa inicial,
286 fazer um documento abordando todos os temas e vertentes envolvidos com o assunto
287 álcool, crack e outras drogas para que possam conhecer melhor o tema e discutirem em
288 plenária. Sugeriu pautar para a próxima plenária o tema álcool e outras drogas e usar a
289 revista Diálogo como bibliografia, para o debate. Contou que a revista reuniu
290 informações suficientes para subsidiar o debate, nela encontra-se toda a diversidade que
291 o tema exige, fala sobre a questão da justiça, tratamento, posicionamento social cultural,
292 várias entrevistas e matérias feitas com especialistas de diversas áreas. Ermínia lembrou
293 que é necessário fazer uma corrida contra o tempo para enviar a revista diálogo sobre
294 álcool e outras drogas para o Congresso de Secretários Municipais e sugeriu fazer uma
295 carta de apresentação da revista mostrando aos Secretários a posição do CFP. Humberto
296 Verona ressaltou que dentro desta discussão, além da questão da legalização das drogas,
297 outra questão polêmica é que a APAF tirou um posicionamento contrário ao apoio de
298 financiamento público das comunidades terapêuticas, não houve consenso sobre o tema.
299 Há um movimento nacional de fortalecimento dessas comunidades. O CFP precisa
300 entender bem como elas funcionam e ter um posicionamento. Maria Ermínia informou
301 que, na última reunião da Comissão Intersetorial da Saúde Mental do Conselho
302 Nacional da Saúde, foi dado informe de que a saúde ficaria com o tratamento, sem
303 repassar os recursos e tentaria requalificar as comunidades terapêuticas do ponto de
304 vista da reinserção social e, portanto, o recurso passaria para o Ministério do
305 Desenvolvimento Social. As comunidades não tiveram interesse de ir para a saúde, pois
306 teriam que ser reguladas, tanto pela vigilância sanitária quanto pelos conselhos
307 profissionais. Disse que é uma questão colocada oficialmente. Sobre o ponto 7.
308 **Emergências e Desastres** Humberto Verona informou que houve uma reunião da
309 conselheira Clara Goldman com os consultores que acompanharão o projeto. Lembrou
310 que a APAF aprovou o planejamento estratégico sobre Emergências e Desastres e criou
311 um GT, com os conselhos regionais dois, cinco, seis, doze, quinze, dezanove e CFP,
312 para acompanhar. Disse que este tema está mais organizado, que o seminário está sendo
313 construído e tem colaboração dos consultores *ad hoc* do CFP na elaboração de
314 propostas que serão levadas para o GT. O objetivo do ponto é aprovar mesas para o
315 Encontro da Rede Latino Americano de Emergências e Desastres que acontecerá no

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including 'ER', 'J.', 'M.', 'R', 'SM', and 'J.P.'.

Handwritten signature in blue ink at the bottom left.

Handwritten initials in blue ink at the bottom center.

316 Peru em outubro e apresentar as propostas que o grupo formulou. O CFP participará do
317 seminário, que está dentro da programação do GT da APAF, com a proposta que será
318 apresentada por Clara. A conselheira vice-presidenta Clara Goldmam apresentou a
319 proposta do seminário e disse que no planejamento estratégico de emergências e
320 desastres, três atividades precisam ser encaminhadas. A primeira é a realização do
321 segundo Seminário Nacional de Emergências e Desastres. Os objetivos deste seminário
322 foram discutidos em APAF e refletem a possibilidade de aglutinação, troca de
323 experiência e construção de referências nesse campo profissional que transita em várias
324 políticas públicas. Contou que na APAF foram aprovados o cartaz e os objetivos do
325 seminário e a partir daí foi criado o GT. Entendeu que, enquanto CFP, deveria fazer um
326 diálogo com os consultores *ad hocs* do Conselho, construir uma proposta politicamente
327 e tecnicamente consistente e depois levá-la para o GT. A ideia do seminário é que ele
328 aconteça nos dias vinte e três, vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis de novembro de
329 dois mil e onze, em Brasília, para um público de quatrocentas pessoas. Disse que terá
330 conferências, mesas redondas e sessões de comunicações que são possibilidades de, em
331 um horário determinado, ter apresentações de relatos de experiências em emergências e
332 desastres. Disse que haverá pôsteres livres, sem comissão julgadora. Para a conferência
333 de abertura a sugestão é Margarita Villalobos do escritório das Nações Unidas para
334 Emergência e Desastres do Panamá. Falou das sugestões de nomes para as mesas
335 redondas. Para o dia vinte e quatro as propostas de mesas são: Lógicas e Práticas Sócio-
336 Políticas que Ampliam a Vulnerabilidade Social; Afetados em Desastres: Desafios para a
337 Proteção aos Direitos Humanos; Projetos Intersetoriais de Enfrentamento às
338 Emergências e Desastres. Para o dia vinte e cinco as mesas Redondas sugeridas são:
339 Contribuição da Psicologia para o Enfrentamento das Emergências e Desastres e a
340 Construção de Referências; Protagonismo Social como Condição para Proteção Social
341 Efetiva; Práticas Psicológicas no Enfrentamento das Emergências e Desastres. No dia
342 vinte e seis terá encaminhamentos e encerramento. Propôs pensar em uma mesa de
343 encerramento. Disse que neste seminário ficou a recomendação de criar uma entidade
344 dos psicólogos, que pensou em chamar de Associação dos Psicólogos da Psicologia em
345 Emergência e Desastre, com os consultores e outros psicólogos que acolheram a ideia.
346 Dependendo das contribuições, as propostas serão levadas para o GT. Disse que
347 gostaria de ir para o GT com a visão da plenária. Clara Goldman contou que o outro
348 projeto é o terceiro Encontro Internacional de Psicologia em Emergências e Desastres.
349 Falou que já existe há muito tempo e por iniciativa do CFP, a criação desta Rede Latino
350 Americana que tem por objetivo, não só a disseminação de experiências, mas construir
351 um projeto de enfrentamento das questões na perspectiva dos povos latinos e
352 caribenhos; então achou importante fortalecer este encontro. Disse que Cuba, Chile e
353 Peru estão à frente do ponto de vista da atuação, mas do ponto de vista de suporte
354 estrutural e recursos tecnológicos o Brasil tem melhores condições para apoiar. As
355 propostas de mesas são as seguintes: primeira mesa fala das perspectivas brasileiras da
356 psicologia em situação de emergência e desastre e direitos humanos. Pensou em Norma
357 Valêncio, Marcus Vinicius e Ângela Coelho. Mesa dois: Experiências Profissionais da
358 Psicologia Brasileira em Situações de Emergência e Desastres. Mesa três: Afetados por
359 Desastres, Ajuda Humanitária e Políticas Públicas: Desafios para a Democracia. Mesa
360 quatro: A Organização Comunitária e Social dos Afetados por Desastres e a

GR

J.

SP

R. Allen

Sm

J

Aut

il

+

361 Contribuição da Psicologia. Foi sugerido que neste encontro fosse apresentado um
362 vídeo falando sobre programa de capacitação para a America Latina e países de línguas
363 portuguesas de psicólogos em emergências e desastres, que não aconteceu por questões
364 políticas. A conselheira apresentou também a minuta do programa de capacitação. Disse
365 que o Público alvo são psicólogos e estudantes de psicologia da America latina e dos
366 países lusófonos. Informou que será estudada também uma cota para outros
367 profissionais. O conteúdo abordará: Concepção de desastre; Concepção de
368 vulnerabilidade; Concepção de cuidado no sentido da relação entre as pessoas, a fim de
369 dimensionar que atitudes individuais geram ações coletivas (pautar aqui o entendimento
370 da psicologia em desastres); Pesquisadores e técnicos de várias áreas para falar sobre
371 fatores de ameaça e riscos no Brasil, África do Sul e outros pontos de relevância no
372 mundo; Contextualização sócio-ambiental do psicólogo; Controle Social (introdução da
373 conscientização como usuário de direitos, tanto quanto pessoas quanto psicólogos.
374 Incluir aqui a leitura crítica que os psicólogos fazem da atuação da Defesa Civil no
375 Brasil); Fazeres Psicológicos dentro dos itens abaixo, relacionando as teorias
376 psicológicas que suportam isso: Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução. Do
377 ponto de vista da didática disse que o Curso será virtual, semi presencial e impresso,
378 dividido em dois módulos: o módulo Brasil, com curso semi presencial e o módulo
379 África do Sul, países lusófonos e outros países – ABC - Agência Brasileira de
380 Cooperação, com curso presencial de dois ou três dias transmitido via internet nas
381 embaixadas e consulados do Brasil nos países onde a internet ainda não é de fácil acesso
382 para as pessoas. O curso todo será feito em duas línguas, sendo português e espanhol.
383 Nenhum conteúdo conflitivo será inserido nos materiais de áudio-visual e impresso,mas
384 palestrantes dos encontros presenciais poderão expressar sua opinião. O CFP fica com o
385 papel de chancela técnica e política para o curso na África e países de língua
386 portuguesa. O financiamento será por conta do Ministério das Relações Exteriores
387 (MRE) e conta divulgação. Terá parceria com a Universidade Federal de São Carlos
388 (UFSCAR) e com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desastres (NEPED) e entidades
389 da psicologia como a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). Clara
390 disse que o projeto significa uma possibilidade de comprometimento de várias políticas
391 e gostaria que as pessoas individualmente expressassem seus posicionamentos críticos.
392 Sugeriu chamar a defesa civil para fazer parte do projeto. A conselheira falou que
393 espera sugestões e que possa ir para o GT com uma proposta pronta. Humberto Verona
394 e Adriana Eiko questionaram a participação da União Latino Americana de Entidades
395 Psicológicas (ULAPSI) e Adriana pediu também, esclarecimentos sobre o que consiste
396 a chancela técnica. Clara disse que este projeto é uma ação articulada com a Rede
397 Latino Americana da Psicologia em Emergência e Desastres e que é necessário pensar
398 como envolver a ULAPSI. Em relação à chancela disse que o CFP tem clareza dos seus
399 limites, e sabe que não pode investir objetivamente no projeto. O NEPED fará a
400 proposta técnica do curso presencial nos países da África e o CFP irá entregá-la ao
401 MRE, dizendo que o projeto é consistente e que tem consciência da qualidade do curso,
402 o financiamento precisa ser da área internacional. Disse que a chancela é neste sentido.
403 Disse que o CFP trabalhará juntamente com o NEPED neste projeto. Sandra Amorim
404 levantou a questão das crianças e adolescente em situação de emergências e desastres,
405 pois há denúncias gravíssimas de violação dos direitos de todos os tipos. Disse que

408 gostaria de fazer com que este segmento da sociedade não fosse esquecido. Clara
409 Goldman perguntou a Sandra Amorim se ela aceitaria organizar uma mesa para falar
410 sobre o assunto e ela sugeriu incluir o tema em uma das mesas do Seminário Nacional
411 Emergências e Desastres. Clara Goldman propôs um encaminhamento: destacar a
412 questão da infância e adolescência em situação de desastre no Seminário e avaliar em
413 qual mesa ela será melhor colocada. Ângela Caniato contou que vem acompanhando um
414 grupo em São Paulo que participou do atendimento às famílias das vítimas do desastre
415 aéreo da TAM em São Paulo e que o trabalho é essencialmente com o luto e as perdas.
416 Perguntou qual é a perspectiva teórica e epistemológica que o psicólogo irá atuar nos
417 ambientes de emergência e desastres, como fica o sujeito vitimado que é objeto de
418 atendimento do psicólogo, qual abordagem para se chegar até ele. Maria Ermínia
419 sugeriu para o seminário nacional, organizar os pôsteres por sala, para que as pessoas do
420 tema possam se encontrar, conversar e ter um espaço de troca de experiências. Pensou
421 em como incorporar os psicólogos dentro dos médicos sem fronteiras no seminário. Em
422 relação ao Encontro no Peru e ao programa de capacitação, solicitou a troca da
423 expressão “controle social” por “participação social”. Disse que encaminhará outras
424 sugestões via e-mail. Clara Goldman comentou a fala da Ângela Caniato, dizendo que
425 quando o programa de capacitação foi pensado, colocou-se as teorias e o que poderia
426 dar suporte a uma ação qualificada. Disse que está preocupada em não trabalhar de
427 forma artesanal e principiante, mas em discutir uma atuação mais consistente, dizendo
428 que a psicologia é capaz de realizar determinadas ações e intervenções com segurança e
429 suporte; este é o foco central do programa de capacitação. A reunião foi interrompida às
430 treze horas e vinte e cinco minutos para almoço. O retorno aconteceu às quinze horas e
431 sete minutos, com Humberto Verona definindo os dias da plenária de agosto. Propôs
432 que a data seja nos dias dezoito e vinte em vez de doze e treze de agosto e que no dia
433 dezoito faça-se o encontro das representações. Humberto Verona consultou todos os
434 conselheiros, lembrando que dia quatorze é dia dos pais. Adriana Eiko disse que
435 coordena um evento em São Paulo na data sugerida e Marilene Proença tem
436 compromisso familiar nesta mesma data. Diante disto, Clara Goldman achou que a data
437 deverá ser mantida. Humberto Verona confirmou, então, a manutenção das datas: dia
438 onze de agosto será o encontro das representações do CFP, onde irão discutir as
439 políticas do Conselho, dias doze e treze de agosto será a Reunião Plenária e dia dez de
440 agosto acontecerá a reunião de diretoria. Definidas as datas, Humberto Verona convidou
441 a conselheira Cynthia Corrêa Araújo Ciarallo para apresentar o ponto sobre a 8.
442 **Campanha do Desarmamento.** Cynthia Ciarallo disse que gostaria de falar sobre o
443 lugar do psicólogo no Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP). A questão
444 da campanha do desarmamento foi uma demanda do próprio CONASP para levar para
445 as entidades um diálogo sobre o assunto. Relatou que o CONASP é um conselho novo
446 em termos de forma, tendo hoje os três segmentos representados: a sociedade civil, os
447 trabalhadores e o governo, mas ele ainda não conseguiu se estabelecer, na avaliação da
448 psicologia, como uma instância de controle social, pois ainda tem um forte discurso
449 militar e uma presença muito grande de pautas corporativas. Disse que na última
450 reunião, que aconteceu no Rio de Janeiro, houve uma inquietação por parte de todos os
trabalhadores da sociedade civil por causa da invisibilidade do CONASP, que afirmam
que os eventos acontecem, as políticas de segurança pública estão acontecendo e o

451 Conselho não toma conhecimento. Disse que o CONASP nunca recebeu a visita do
452 ministro e por isto foi decidido que só haveria as próximas reuniões ordinárias se
453 houvesse uma reunião extraordinária com a presença do ministro. Informou que a
454 Secretaria Executiva agendou esta reunião com o ministro para que ele possa apresentar
455 a política que está posta no cenário nacional e conhecer o Conselho, pois a ausência
456 desta instância maior acaba enfraquecendo enquanto espaço de diálogo dentro do
457 próprio Ministério da Justiça. Outra dificuldade relatada pela conselheira Cynthia, é que
458 a sociedade civil discute, por muito tempo, questões de ordem burocrática, mas não tem
459 um alinhamento, uma articulação em termos de ação. Disse que tem entidades
460 importantes lá dentro, mas, percebeu que há melindres, pois grande parte das ONGs que
461 atua na segurança pública recebe financiamentos do Ministério da Justiça via Programa
462 Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). A Conferência da
463 Segurança Pública trouxe pautas sindicais dos trabalhadores e houve alguns avanços,
464 mas basicamente na estrutura dos trabalhadores e tudo isto acaba refletindo no próprio
465 Conselho. Disse que colocou a disposição da sociedade civil, a estrutura do CFP, para
466 reuniões telefônicas para que se converse e leve uma pauta que dê visibilidade à
467 sociedade civil, que está apagada no CONASP. Contou que no CONASP há câmaras
468 técnicas que vão discutir os temas específicos, que há câmara técnica para cada tema.
469 Antes havia possibilidade de titulares e suplentes participarem de câmaras diferentes, e
470 que o Ministério da Justiça custearia esta participação, mas por algum motivo, que não
471 sabe qual, já solicitou e está aguardando esclarecimentos, sobre porque a suplência foi
472 descartada. Cynthia Ciarallo explicou que como começou a discutir segurança pública
473 no Sistema Conselhos numa perspectiva mais ampla de participação e protagonismo da
474 sociedade, entendeu-se que a câmara técnica, chamada segurança municipal política
475 integrada de prevenção e papel na sociedade civil, poderia contribuir, se qualificar e
476 entender como ampliar a questão da segurança pública. Falou que é difícil dialogar com
477 o CONASP, pois, os próprios conselheiros o vêem como um braço do Ministério da
478 Justiça e não como uma instância independente e autônoma. Disse que ninguém
479 conhece a política do MJ e que o cenário ainda é confuso e complicado. Quanto à
480 campanha do desarmamento, disse que há duas grandes entidades à frente da
481 Campanha, a Viva Rio e a Desarma Brasil. Disse que trouxe o assunto para a plenária
482 porque é interlocutora e mediadora do CONASP e porque o governo lançou a campanha
483 afeta a segurança pública. Informou que foi instituído um grupo *ad hoc* para a segurança
484 pública, mas ainda não foi formalizado. Disse que há necessidade de fazer política ou
485 pelo menos inapeá-la e pensou na possibilidade de fazer reunião presencial. Falou sobre
486 a visita aos bombeiros e sobre a manifestação que aconteceu no Rio de Janeiro. Contou
487 que esteve lá, juntamente com o CONASP, que foi uma manifestação sindical, com
488 envolvimento partidário e que houve um jogo político. Clara Goldman perguntou se do
489 ponto de vista da segurança pública este movimento está se repetindo em outros locais.
490 Questionou sobre a leitura que o CONASP faz na perspectiva dos direitos humanos e da
491 cidadania das pessoas, se há possibilidade de outras corporações se manifestarem desta
492 forma e o que isto pode representar para Estado de Direito. Perguntou como o CONASP
493 vê este movimento a nível nacional. Humberto Verona falou que a intervenção do CFP
494 na política de segurança pública já está dentro do planejamento estratégico. Quanto à
495 campanha do desarmamento pediu a conselheira Cynthia que faça uma proposta ou um



496 documento e que apresente aos conselheiros por e-mail, para que o Conselho possa se
497 posicionar e falar a respeito. Cynthia Ciarallo disse que não tem condições de responder
498 a todas as questões. Relatou que uma comissão do CONASP foi ao quartel dos
499 bombeiros, mas não houve avaliação, discussão de base e nenhuma leitura política foi
500 feita. A única ação foi solicitar anistia. Teve uma nota do CONASP dizendo que os
501 bombeiros estavam em péssimas condições, que a situação era desagradável, mas para
502 eles era interessante se manterem ali, até mesmo para dar visibilidade. Henrique
503 Rodrigues contou que acompanhou o movimento dos bombeiros, e disse que é uma
504 pauta trabalhista e a questão da visibilidade é clara. Relatou que o bombeiro do Rio de
505 Janeiro atende a população em todas as áreas, em qualquer situação de emergência, por
506 isto o seu contingente é muito grande. Quando o governo transfere bombeiro da saúde
507 para outras áreas da defesa civil, há uma política ideológica que precisa ser pensada
508 para além das reivindicações deles, atinge toda a sociedade e não só os bombeiros.
509 Explicou que eles querem visibilidade, pois eles estão com medo de punição
510 administrativas. Maria Ermínia disse que é necessário pensar como transversalizar o
511 tema, pois já há algumas posições públicas de interface da saúde com este tema, mas
512 que não são diretos. Está junto com CONASP, conselhos de secretários municipais,
513 estaduais nesta discussão do ponto de vista de fortalecimento de vínculos,
514 estabelecimentos de redes. Questionou como fazer esta discussão num ponto maior e
515 juntar as interfaces desses posicionamentos no enfrentamento das várias violências.
516 Adriana Eiko disse que a compreensão e a delicadeza do Conselho em perceber que
517 embora tenha tido o esforço de conferência pública e de recompor o CONASP de um
518 jeito que fosse próximo ao que realmente deve ser um controle social, ele ainda não
519 funciona desta forma. Falou que o papel do Conselho é se movimentar em direção as
520 diretrizes do que significa participação e controle social. Em relação ao posicionamento
521 sobre o desarmamento, Cynthia Ciarallo sugeriu falar da importância de uma sociedade
522 sem armas, mas denunciando as estratégias que alcançam determinadas populações e
523 não outras. Entender que tem uma lógica armamentista e quando a sociedade pede mais
524 punições e controle militarizado, ela está no contra senso. O letal não acontece só no
525 uso doméstico da arma, acontece no uso legítimo desta arma, nas instâncias policiais.
526 Disse que devem falar que o princípio da luta não pode ser um público ou uma
527 população específica, mas falar que é um instrumento utilizado para diversas coisas.
528 Ângela Caniato disse que se preocupa com o desarmamento nesta forma de violência,
529 que ela entendeu como sendo violência de Estado, envolvendo polícia, justiça. Em
530 relação ao desarmamento considerou que a população a ser desarmada será o povo e não
531 o militar, pois eles detêm o poder como violência legítima, poder das armas e de
532 repressão, então é ilusão pensar que vai acabar polícia, exército, marinha e aeronáutica,
533 disse que a guerra existe e necessariamente envolve Estado. Propõe ter cuidado quando
534 discutir esta questão e pensar na formação do psicólogo e de que lado ele está do ponto
535 de vista político, ideológico e de perspectiva de homem. Disse que anda preocupada
536 com a psicologia jurídica e com qualquer participação da psicologia nesses
537 movimentos. Humberto Verona sugeriu que a conselheira Cynthia Ciarallo com a
538 colaboração de todos os conselheiros busque construir um posicionamento a respeito do
539 tema. Cynthia Ciarallo sugeriu uma reunião presencial com consultores, mas Humberto
540 Verona pediu que ela, primeiramente, olhe o planejamento estratégico e realizar a



541 reunião somente se for para encaminhar o que está no planejamento. Cynthia Ciarallo
542 explicou que a reunião não seria para pensar em planos de ações, mas para ter
543 conhecimentos sobre segurança pública, pois ela não é só sistema prisional. Quando se
544 fala de polícia há elementos que precisam de esclarecimentos e conhecimentos. Pensou
545 em ter um momento, com um convidado do Ministério da Justiça para discutir, para
546 ajudar a pensar no que a psicologia poderia contribuir e promover a segurança pública
547 menos militarizada. Humberto Verona recomendou que se houver debate online
548 programado para este ano, trazer as pessoas e as contribuições em torno deste debate,
549 afim de obter subsídios e qualificar melhor o plenário e o CFP na sua política para
550 tratar da segurança pública. Mas é necessário concentrar a ação em torno do que foi
551 acordado, como prioridade, no planejamento estratégico, e não sair fora dele. Cynthia
552 Ciarallo informou que não houve reunião do GT da segurança pública, não havendo
553 contribuições para levar como subsídios para o planejamento, pois não houve
554 oportunidade de discussão do tema nas plenárias em que foi pautado. Clara Goldmam
555 sugeriu que Cynthia Ciarallo combine, através de uma reunião telefônica, com possíveis
556 parceiros na construção dessa política e, durante este semestre e neste diálogo, planejar
557 algo que possa constituir em ação mais efetiva para o primeiro semestre de dois mil e
558 doze, onde terá a segunda edição do planejamento estratégico. Pensar no campo da
559 segurança, quem poderia esclarecer e ajudar a entender melhor não só a segurança, mas
560 também a participação do psicólogo dentro deste contexto. Clara Goldman convidou
561 Cynthia Ciarallo a fazer um planejamento de como o CFP poderia apresentar a proposta
562 da segurança pública e que necessariamente não implique em grandes eventos. Achou
563 interessante fazer um link entre segurança pública e sistema prisional e uma boa idéia
564 fazer uma reunião telefônica com o CONASP para entender determinados fenômenos
565 que estão acontecendo. Humberto Verona explicou a Cynthia Ciarallo que não há
566 problemas em fazer reuniões, quantas forem necessárias, mas precisa saber o motivo e
567 qual o resultado esperado. O Planejamento Estratégico foi um momento onde cada um
568 mostrou ao coletivo o que gostaria de fazer com sua política. Pediu que Cynthia Ciarallo
569 fizesse o Planejamento da Segurança Pública pensando nas ações a trazer para pactuar
570 com o coletivo e ampliar o tema. Concordeu que é importante trazer uma visão maior da
571 segurança pública e não ficar apenas num foco. **9. Representações.** Maria Ermínia
572 falou sobre duas indicações de representações. Disse que quem representa o CFP na
573 discussão do rol de procedimento da Agência Nacional de Saúde (ANS) é a Anice Maia,
574 mas para a estrutura de funcionamento, indica Nelson Figueira Júnior como suplente.
575 Maria Ermínia falou da Comissão de Traumas e Violências, do Conselho Nacional de
576 Saúde, onde a conselheira Cynthia era a representante, mas não pôde ir a nenhuma
577 reunião, então indicou o nome da Lucia Toledo, para a representação CPTV/CNS no
578 CFP. Disse que nesta comissão não pode haver faltas, não há suplentes, mas são poucas
579 reuniões por ano. Ana Paula Noronha propôs a inclusão de um novo membro para a
580 comissão da avaliação psicológica e pediu aprovação do plenário para o nome de
581 Marcelo Tavares, o plenário concordou e aprovou por unanimidade as indicações
582 propostas. Humberto Verona expôs a necessidade de definir a representação do
583 Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (CONAD). Relatou que a psicóloga
584 Mônica Gorgulho representa o CFP no CONAD, porém nenhuma tentativa de trabalhar
585 conjuntamente teve sucesso, por isto é necessário discutir se mantém ou se substitui o

OK
D.
Amar
sup
FR
Suz
FF
JP

acat
br
d

586 nome dela. Sugeriu preparar uma avaliação para saber qual a razão do trabalho não
587 evoluir. Pedeu a Heloiza Helena para ligar para Mônica, conversar e perguntar como
588 está a situação, pois ela não mandou nenhum relatório. Maria Ermínia sugeriu que
589 talvez a Mônica fique como *ad hoc*, pois é uma pessoa importante. Falou do desejo de
590 alinhar a posição do CFP nas representações e potencializá-las no governo. Sugeriu
591 avaliar e retomar na próxima plenária. Disse que a Mônica será chamada para o dia onze
592 de agosto, na reunião das representações. Humberto Verona sugeriu que Heloiza Helena
593 converse com a Mônica e com a Ivarlete França também, que é a suplente e que ocupa
594 um cargo no governo na área de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Maria
595 Ermínia ponderou que alguns conselhos não aceitam pessoas vinculadas ao governo.
596 Humberto Verona disse que há outra suplência aberta no conselho nacional contra a
597 tortura, mas irá consultar a conselheira Ana Luiza no dia doze de agosto deste ano.
598 Contou que Jane Calhau é a representante. **10. Representações nos Congressos.**
599 Oitavo Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH).
600 Maria Ermínia apresentou três propostas de mesa: Na mesa um: O Protagonismo do
601 Usuário no Ambiente Hospitalar, com três temas a serem tratados: participação social
602 no ambiente hospitalar, política de humanização e participação dos psicólogos nestas
603 instancias de controle dos hospitais. Mesa dois: Aspectos Bioéticos em Psicologia
604 Hospitalar, nesta mesma mesa será abordado a questão do processo transexualizador.
605 Mesa três abordará a questão de Gênero. Humberto lembrou que a data do congresso
606 onze a quatorze de agosto em Curitiba, coincide com a data da reunião e plenária nos
607 dias onze, doze e treze de agosto, restando, portanto, apenas o dia quatorze para
608 participar das mesas. Maria Ermínia falou que seria interessante a participação de
609 conselheiros, mas pode-se pensar em outros companheiros e não levar assuntos
610 polêmicos. Humberto Verona informou que a princípio a SBPH não abriu inscrição para
611 a mesa neste congresso, mas abriu-se uma exceção para o CFP para que ele fale sobre o
612 título de especialista. Então é necessário incluir o tema em uma das três mesas. Clara
613 Goldman falou sobre as ideias da mesa três. Em relação à temática da mulher pensou
614 que a coordenadora da área técnica da saúde da mulher poderia falar o que espera da
615 psicologia, pois a psicologia está presente em todos os programas da área de saúde da
616 mulher. Disse que pensou em colocar nesta mesa a atenção ao programa de atendimento
617 as mulheres em situação de violência, o atendimento na saúde e o programa do
618 planejamento familiar, pois a psicologia faz parte do protocolo. Explicou que viu
619 necessidade de rever posições avançando na prática e qualificando sua participação.
620 Sugeriu também, dentro do "Brasil Sem Miséria", falar sobre o projeto Cegonha que
621 privilegia a população materno infantil sobre as questões ligadas a humanização do
622 parto, mortalidade materna, questões de direitos humanos dentro do ambiente hospitalar
623 e o papel da psicologia dentro do processo de humanização das maternidades públicas
624 no Brasil. Propôs convidar a coordenadora da área e priorizar os assuntos ou fazer um
625 painel. Humberto Verona abriu para comentários sobre as propostas das três mesas
626 solicitando ao plenário aprová-las e pensar nos nomes e os convidados para compor as
627 mesas. Maria Ermínia se dispôs a coordenar a mesa dois, indicou as conselheiras Clara
628 Goldman e Heloiza Helena para montar respectivamente as mesas três e um. Pensou
629 em fazer esta mesa com pessoas que problematizam as questões. Humberto ressaltou
630 que Maria Ermínia irá coordenar a mesa dois no congresso e que Heloiza Helena e

631 Clara Goldman cuidarão de montar as mesas um e três respectivamente, sem
632 necessariamente terem que ir, podendo indicar pessoas para coordená-las. Ermínia
633 colocou que há duas questões a serem conferidas: uma é em relação aos aspectos
634 bioéticos em psicologia hospitalar e outra é sobre a criminalidade contra a vida. Achou
635 que deve pensar quais são as questões que para a psicologia é melhor debater, pois, há
636 questões que ainda não tem respostas. Clara Goldman disse estar preocupada em não ter
637 tempo para discutir e ter posicionamentos a respeito de alguns temas que são pesados do
638 ponto de vista da discussão. Disse que nunca foi discutida a questão da bioética num
639 nível mais profundo, por isto pensou em temas mais conservadores sobre programas já
640 instalados e onde a psicologia já construiu posicionamentos mais consistentes. Maria
641 Ermínia disse que pode fazer mesa com outros temas, fazer recorte sobre cirurgia
642 transexual, bariátrica, laqueadura e vasectomia. Aluizio Brito concordou que é
643 necessário problematizar os programas que já estão disponíveis nas questões da mulher,
644 da saúde, SUS, etc. Isto já contribui muito para as mesas. Defendeu a garantia da
645 cirurgia bariátrica na mesa, pois foi colocado no Encontro da Comissão de Orientação e
646 Fiscalização (COF) que o tema seria discutido em interface com a avaliação, discutindo
647 o papel do psicólogo dentro desta questão. Heloiza Helena concordou com Aluizio Brito
648 e Clara Goldman de que a primeira mesa possa ser muito polêmica, e que talvez neste
649 momento ela não seja viável. As outras mesas, principalmente a segunda, traz um tema
650 pouco discutido dentro do grupo e que não apresenta grandes dificuldades. Disse que é
651 possível colocar as mesas dois e três e excluir a mesa um. Maria Ermínia falou sobre o
652 prontuário único, que é lei, decreto, portaria e que o Conselho é o maior apoiador da
653 portaria de direito do usuário. Disse que está no momento de discutir a digitalização do
654 prontuário e que o tema deverá ser abordado. Clara Goldman disse que o momento é de
655 qualificar o uso do prontuário. Humberto Verona consultou o plenário sobre a proposta
656 das três mesas e sobre o convite para o CFP falar sobre o título de especialista no
657 Congresso Nacional da SBPH. Houve concordância de todos os conselheiros. Humberto
658 Verona informou que o CFP recebeu convites para participar de mesas e apoiar
659 financeiramente o Décimo Sexto Encontro Nacional da Associação Brasileira de
660 Psicologia Social (ABRAPSO) e o Terceiro Congresso Internacional de Esquizoanálise
661 e Esquizodrama. Adriana informou que lançou na lista CFP quinze um convite feito
662 pela Fernanda Magano para discutir a questão de Sorocaba, levar o tema no sentido da
663 luta anti manicomial, da prática política de enfrentamento do trabalho técnico,
664 qualificado e ético do psicólogo e também da pesquisa que qualifica uma intervenção
665 prática e política. Humberto Verona disse que Benedito Medrado presidente da
666 ABRAPSO solicitou uma pauta com ele no Fórum de Entidades Nacionais da
667 Psicologia Brasileira (FENPB), para pedir um apoio financeiro e saber se o CFP entrará
668 com alguma mesa no Congresso. Em relação ao apoio financeiro, Humberto Verona
669 informou que o CFP já tem pré aprovado cinco mil reais para as entidades do FENPB,
670 para custear passagens aéreas. Disse que o congresso é em novembro e ressaltou a
671 necessidade de definir a participação e os temas. Sugeriu participar com no máximo três
672 mesas e levar as propostas para a próxima plenária. Adriana Eiko sugeriu pensar alguns
673 temas para levar para a próxima plenária. Outro convite de participação e apoio
674 financeiro é para o Terceiro Congresso Internacional de Esquizoanálise e Esquizodrama
675 que acontecerá em Belo Horizonte, dos dias vinte e três a vinte e cinco de setembro

OK
J.
Aluizio
JRP
TR
SM
JP

Aut
Aluizio

678 deste ano. Neste mesmo espaço acontecerá o Pré Congresso Internacional de Saúde
679 Mental e Direitos Humanos da Associação das Madres da Plaza de Mayo de Buenos
680 Aires. Pensou que o CFP poderia contribuir com os eixos Práticas Instituintes, Direitos
681 Sexuais, Raciais e Étnicas, Etárias Nacionais e Idiomáticas. Sugeriu, também, levar o
682 tema da Medicalização da Sociedade. Pediu sugestões para apresentar e definir os temas
683 na próxima plenária e também colocar estas informações na lista do CFP quinze. 11.
684 **Revista Diálogo.** Adriana Eiko expôs as dificuldades de operacionalização da revista
685 Diálogos. Uma delas é que os CRPs não indicaram, em sua totalidade, os representantes
686 para as comissões editoriais regionais. Na região norte não houve nenhuma indicação e
687 como as poucas indicações recebidas se findaram há pouco tempo, não foi possível
688 realizar reunião telefônica. Disse que a idéia é fazer reuniões telefônicas com cada
689 Conselho Regional e definir um nome em consenso. Perguntou se é possível trabalhar
690 com esta composição ou se é necessário aguardar para referendar em plenária. Outra
691 dúvida é sobre a empresa que será contratada e a possibilidade de contratar a mesma
692 empresa, que findou o contrato no dia de hoje. Humberto Verona respondeu que a
693 comissão editorial nacional é indicada pelo plenário, e o CFP sempre aprova as
694 indicações para os regionais. Disse que se definir o editorial nacional, os regionais
695 poderão ser trabalhados à medida que for recebendo as indicações. Perguntou se
696 Adriana Eiko tem proposta para a comissão nacional e a conselheira respondeu que não
697 e que gostaria de discutir os critérios da comissão nacional. Disse que teve pouco tempo
698 para discutir a Diálogos e pediu para a plenária trabalhar e concentrar nas indicações.
699 Lembrou da possibilidade de participação da Elisa Zaneratto para a comissão nacional.
700 Humberto Verona sugeriu que Adriana Eiko e os outros conselheiros conversem,
701 pensem em nomes qualificados para indicar e que levem propostas de temas para a
702 próxima plenária. Lembrou que necessita incluir os 50 anos da psicologia para o
703 próximo ano. Adriana Eiko apresentou uma proposta de fluxo para dialogar entre
704 Plenária do CFP, Comissão Nacional, Comissão Regional e conselheira, com as
705 atribuições e instâncias que compõem a revista. A proposta encontra-se anexa a esta ata.
706 Adriana Eiko informou que a próxima edição da revista abordará a psicologia jurídica,
707 mas que não está acompanhando o processo. Disse que a revista Diálogo tem
708 característica de abordar temas progressistas, emergentes e tradicionais Em relação à
709 empresa, Humberto Verona sugeriu a Adriana Eiko que ela se inteire do processo e
710 disse que se não houver impedimento jurídico, poderá recontratar a mesma empresa. 12.
711 **GTS da APAF.** Humberto Verona expôs a definição dos conselheiros federais que
712 acompanharão os GTs criados na APAF de maio de dois mil e onze. GT Álcool e outras
713 Drogas: Heloíza Massanaro. GT A Psicologia das Emergências e Desastres e a Política
714 Nacional de Defesa Civil: Clara Goldman. GT Comissão de Acompanhamento de
715 Projetos Legislativos: Humberto Verona será o responsável, ele lembrou a todos que
716 esta é uma comissão formada por presidentes. O GT dos Cinquenta Anos em
717 comemoração da profissão de psicólogos tem duas grandes ações diferentes: Exposição
718 Itinerante e Mostra. Para este GT foram aprovadas todas as propostas, incluiu ainda o
719 projeto Memória Viva da Psicologia Brasileira como parte do material da Exposição
720 Itinerante e que durante a Segunda Mostra, além de atividades culturais, acontecerão
também atividades esportivas. Humberto Verona disse que a Exposição Itinerante é

721 urgente, a idéia é que ela circule pelos regionais, ficando quinze dias em cada um. A
722 Mostra ainda não tem local definido, estão fazendo levantamento de local para doze mil
723 pessoas. APAF delegou para o GT cinquenta anos a definição do local. Na definição do
724 GT na APAF, houve a indicação da conselheira tesoureira Monalisa Barros para o GT
725 da Mostra. A coordenação do GT Exposição Itinerante coube à conselheira Marilene
726 Proença e Adriana Eiko se comprometeu a ajudá-la. Humberto Verona pediu que
727 Marilene Proença fizesse reunião com o GT e os consultores *ad hocs* para levantar as
728 tarefas, buscar um curador urgentemente, recolher material dos regionais e consultar
729 outras entidades da psicologia. Marilene Proença sugeriu pesquisar alguém da história
730 da psicologia. O GT Regras de isenção e devolução de anuidades ficou sob a
731 responsabilidade de Monalisa Barros e o GT Regimento interno da APAF será
732 coordenado por Aluizio Brito e Lindomar Expedito Silva Darós do CRP da Quinta
733 Região. A Reunião Plenária foi encerrada às dezessete horas e vinte e cinco minutos.
734 Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento,
735 lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e
736 referenciados: Henriques de Brito

- 737 Conselheiro Presidente Humberto Cota Verona Humberto Cota Verona
- 738 Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento Deise Maria do Nascimento
- 739 Conselheira vice-presidenta Clara Goldman Ribemboim Clara Goldman Ribemboim
- 740 Conselheiro Aluizio Lopes de Brito Aluizio Lopes de Brito
- 741 Conselheira Ana Paula Porto Noronha Ana Paula Porto Noronha
- 742 Conselheira Heloíza Helena Mendonça Massanaro Heloíza Helena Mendonça Massanaro
- 743 Conselheira Adriana Eiko Matsumoto Adriana Eiko Matsumoto
- 744 Conselheiro Henrique José Leal Ferreira Rodrigues Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
- 745 Conselheira Maria Ermínia Ciliberti Maria Ermínia Ciliberti
- 746 Conselheira Marilene Proença Rebello de Souza Marilene Proença Rebello de Souza
- 747 Conselheira Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo
- 748 Conselheira Sandra Maria Francisco de Amorim Sandra Maria Francisco de Amorim
- 749 Conselheira Ângela Maria Pires Caniato Ângela Maria Pires Caniato